



Legislativo em Pauta

INFORMATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA - 17ª LEGISLATURA - ANO 8 - Nº. 626
5ª FEIRA –24/04/2018

Confira os destaques da sessão ordinária desta terça-feira (24):

16h30 – Assinatura do Termo de Parceria entre a Câmara Municipal de Londrina e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) para desenvolvimento de projetos na área de Educação para a Cidadania. A primeira ação será a implantação do projeto Parlamento Jovem do TRE, que prevê eleições tradicionais com a participação de estudantes para composição da Câmara Mirim do Legislativo Londrinense, a partir da legislatura de 2019.

O Termo de Parceria será assinado pelo presidente do Legislativo, Ailton Nantes (PP), acompanhando dos vereadores Amauri Cardoso (PSDB) e Tio Douglas (PTB) que integram o Conselho Deliberativo da Escola do Legislativo e a juíza da 3ª Vara da Família da Comarca de Londrina, Fabiana Leonel Ayres Bressan, também juíza eleitoral que na oportunidade representará a direção do Fórum Eleitoral.

17 horas – A juíza Fabiana Leonel Ayres Bressan permanecerá na sessão para falar sobre o tema “Alienação parental”, problema resultante do comportamento de pais e mães que induzem o filho a romper os laços afetivos com um dos genitores. O convite à participação da juíza foi feito pelo vereador Pastor Gerson Araújo (PSDB) por meio do requerimento nº 122/2018.

SEGUNDA DISCUSSÃO

Confere ao Município o Título de “Cidade Genial” (PL nº4/2018) - Iniciativa do vereador Pastor Gerson Araújo (PSDB), o projeto reconhece e confere ao Município o Título de “Cidade Genial”. Na Justificativa, o autor lembra que a cidade conta com 1,2 mil empresas do setor de Tecnologia da Informação (TI) e gera 14 mil empregos no setor. Além disso, são 17 instituições de ensino superior com 50 mil alunos matriculados, 19 escolas técnicas e formação contínua de mão de obra qualificada. O vereador argumenta ainda que Londrina foi escolhida entre mais de 5 mil municípios brasileiros para sediar o Instituto Senai de Tecnologia, voltado para a área de TI, e que possui uma empresa local de telefonia e telecomunicações considerada uma das melhores do País, por onde passam todas as operações de internet da região Sul. Acolhendo os pareceres técnicos, as comissões de Justiça, Legislação e Redação e de Educação, Cultura e Desporto manifestaram-se favoravelmente ao projeto. Vencido o prazo regimental, não houve apresentação de emendas. Quorum: maioria simples.

Abre Crédito Especial na Secretaria de Fazenda para prêmios do IPTU (PL nº 8/2018) – De autoria do Executivo, o projeto autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial na Secretaria de Fazenda, no valor de até R\$ 500 mil, para custear despesas com premiações aos contribuintes sorteados pelo pagamento regular do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme previsto na lei nº 12.610/2017. Para a abertura do crédito, a matéria propõe a anulação parcial de recursos na mesma dotação (Manutenção das Despesas de Custeio – Atividades da Secretaria de Fazenda, de Tributos e de Arrecadação), não implicando em ampliação das despesas aprovadas na Lei Orçamentária vigente. Acolhendo pareceres técnicos, as comissões de Justiça, Legislação e Redação e de Finanças e Orçamento votaram favoravelmente ao projeto. Vencido o prazo regimental, não houve apresentação de emendas. Quorum: 10 votos.

PARECERES PRÉVIOS

Cria o Projeto Castra Móvel para controle de cães e gatos (PL nº 11/2017) - Os vereadores e vereadora analisam nesta tarde os pareceres prévios das comissões de Política Urbana e Meio Ambiente; de Seguridade Social e de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização ao projeto de lei nº 11/2017, de autoria da vereadora Daniele Ziober (sem partido), que institui o serviço público municipal permanente de controle populacional de cães e gatos denominado “Projeto Castra Móvel”. O serviço terá também caráter educacional e será realizado por meio de unidades móveis destinadas à castração de forma cirúrgica e/ou química, bem como a divulgação da posse responsável. De acordo com a proposta serão celebrados convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para viabilizar a implantação do serviço. A autora informa ainda que cidades como Ponta Grossa e Curitiba já possuem o Castra Móvel em funcionamento.

A vereadora Daniele Ziober apresentou o substitutivo nº 1, onde faz várias adequações na redação do projeto para adequá-lo à lei federal nº 13.426/2017, que trata da política de controle de natalidade de cães e gatos, e para tornar a proposta autorizativa. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação não acolheu o parecer da assessoria jurídica, que apontou vício de iniciativa, e manifestou-se favoravelmente ao projeto. Já as comissões de Política Urbana e Meio Ambiente; de Seguridade Social e de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização acolheram o parecer da assessoria técnico-legislativa e emitiram parecer prévio para análise e manifestação da Secretaria Municipal do Ambiente; Vigilância Sanitária; Comissão de Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Londrina); SOS Vida Animal; Associação Defensora dos Animais Londrina (ADA); Conselho Regional de Medicina Veterinária e Projeto Sete Vidas. Quorum: maioria simples.

REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Obriga a utilização de sacolas plásticas biodegradáveis (PL nº 200/2017) - Os vereadores e vereadora votam nesta tarde o parecer requerimento das comissões de Política Urbana e Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico indicando a realização de audiência pública para debater o projeto

de lei nº 200/2017, de autoria do vereador Amauri Cardoso (PSDB), que obriga a utilização de sacolas plásticas biodegradáveis, oxi-biodegradáveis ou compostáveis para acondicionamento de produtos e mercadorias nos estabelecimentos comerciais. O projeto ainda prevê que as sacolas distribuídas no comércio deverão ter a cor verde para materiais recicláveis, a cor marrom para materiais orgânicos e a cor cinza para rejeitos, além de conter textos explicativos sobre os diferentes tipos de resíduo e mensagem de estímulo à reciclagem e à compostagem. De acordo com a proposta os estabelecimentos que não cumprirem a lei serão advertidos em um primeiro momento e posteriormente poderão ser multados em até R\$ 5 mil. Após a aplicação de três multas haverá a suspensão do alvará de funcionamento até a devida regularização.

O autor lembra que o Município tem competência para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado no limite do seu interesse local e desde que as regras sejam harmônicas com as normas dos demais entes federados. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação solicitou manifestação, por meio de parecer prévio, da Secretaria Municipal do Ambiente (Sema), Conselho Municipal do Meio Ambiente (Consemma) e Associação Paranaense de Supermercados (Apras). A Sema sugeriu, como forma de viabilizar a fiscalização, condicionar a exigência de uso das sacolas biodegradáveis aos estabelecimentos identificados como grandes geradores, que já são fiscalizados pela Sema e pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), e apontou que o projeto, na forma original, gera aumento de custos para seu efetivo cumprimento. Da mesma forma, o Consemma também posicionou-se contrariamente à proposta.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação acolheu o parecer jurídico e votou favoravelmente ao projeto, apresentando a emenda nº 1, que altera o artigo 4º para estabelecer que o valor da multa será proporcional ao porte do estabelecimento e ao número de reincidências nas infrações, se houver. Acolhendo o parecer técnico, as comissões de Política Urbana e Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico emitiram parecer prévio solicitando a manifestação da Associação Paranaense de Supermercados (Apras); à Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil); ao Sindicato do Comércio Varejista de Londrina e Região (Sincoval); à Associação dos Supermercadistas da Região de Londrina (Assurel) e à Associação Londrinense de Supermercadistas (Ales). Apenas o Sincoval se manifestou, sugerindo a rediscussão da proposta e um estudo sobre a diferença de custos da sacola convencional para a oxi-biodegradável. As comissões de Política Urbana e Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico não acolheram o parecer técnico e solicitam a realização de audiência pública, com voto em separado do vereador Felipe Prochet (PSD). Quorum: maioria simples.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PARECER

Faz alterações na lei que instituiu o Projeto Cidade Limpa (PL nº 293/2017)

- Os vereadores e vereadora votam nesta tarde pedido de prorrogação de prazo solicitado extemporaneamente pela Câmara Técnica Permanente do Projeto Cidade Limpa para análise e parecer ao projeto de lei nº 293/2017, de autoria do Executivo Municipal, que propõe alterações na lei nº 10.966/2010,

que instituiu o Projeto Cidade Limpa. Na justificativa do projeto o autor informa que tratam-se de ajustes para evitar equívocos de interpretação da lei e garantir eficiência na fiscalização, como também maior segurança jurídica às empresas de publicidade e propaganda, além do combate à poluição visual. Acolhendo parecer da assessoria jurídica, a Comissão de Justiça, Legislação e Redação solicita a manifestação da Câmara Técnica Permanente do Projeto Cidade Limpa, composta por 12 órgãos e instituições, entre eles Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano de Londrina (IPPUL), Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) e Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL). A Comissão de Justiça acolheu o parecer da assessoria jurídica e votou favoravelmente ao projeto, com a emenda nº 1, que suprime o parágrafo 2º do artigo 22 do projeto. Quorum: maioria simples.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Os Pedidos de Informação (PIs) estão previstos no Regimento Interno e o prazo inicial para as respostas do Executivo à Câmara de Vereadores é fixado em 15 dias úteis, prorrogáveis por igual período desde que devidamente justificado. Quorum para aprovação dos Pedidos de Informação: maioria simples.

Imóveis irregulares no Jardim Marabá (PI nº 78/2018) – O vereador Ailton Nantes (PP) deseja saber quantas residências estão irregulares na rua Issac Leão Levy, no Jardim Marabá (zona Leste) e se há previsão de regularização fundiária.

Reformas nas Unidades Básicas de Saúde (PI nº 79/2018) – O vereador João Martins (PSL) solicita informações sobre o número de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) que devem ser submetidas a reforma, se existe um cronograma de obras e em qual fase encontra-se o processo licitatório.

Servidores em período de readaptação (PI nº 80/2018) – O vereador João Martins (PSL) questiona se há servidores da área de Endemias prestando serviços em Unidades Básicas de Saúde em condições de readaptação e se houve corte da gratificação por insalubridade.

Contratação de Técnico Orientador Social (PI nº 81/2018) – O vereador José Roque Neto (PR) requer informações sobre o prazo de vigência do concurso público para contratação de Técnico Orientador Social na função de Assistência Técnica em Orientação Social, se é possível prorrogar o prazo de vigência e quantos destes técnicos foram aprovados e quantos contratados de 2015 até a presente data, entre outras informações.

AGENDA

Quarta-feira, 25/04

6h30 - A Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, composta pelos vereadores Pastor Gerson Araújo (PSDB), Tio Douglas (PTB) e Valdir dos Metalúrgicos (SD), e o presidente da Comissão de Justiça Legislação e Redação, José Roque Neto (PR), visitarão as instalações dos terminais urbanos de transporte público da zona Sul, com o objetivo de avaliar as condições de infraestrutura dos locais para posterior relatório ao prefeito e à

direção da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). Serão visitados os terminais Acapulco, do Distrito de Irerê e do Shopping Catuaí.

Sexta-feira, 27/04

9 horas – A Comissão de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização, composta pelos vereadores Filipe Barros (PSL), Amauri Cardoso (PSDB) e Valdir dos Metalúrgicos (SD) visita a sede da Sercomtel S/A Telecomunicações. Os vereadores pretendem dar continuidade ao debate com servidores da empresa sobre possíveis mudanças na legislação municipal que trata da privatização, parcial ou total, da estatal londrinense.

15 às 17 horas – A Câmara Mirim realiza a 3ª sessão ordinária deste ano que terá como tema principal a Lei Orçamentária Anual e a apresentação da “Cartilha do Orçamento Cidadão 2018”. As sessões contarão com a presença da Secretária de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, Darling Maffato; a Diretora de Orçamento, Eva Passini e o Gerente de Programação Orçamentária, Thiago Gouvêa. As sessões ordinárias da Câmara Mirim são realizadas no plenário, com transmissão *online* por meio do site www.cml.pr.gov.br.

FALE COM OS VEREADORES E VEREADORA

Ailton Nantes (PP)	3374-1380	ailtonnantes@cml.pr.gov.br
Amauri Cardoso (PSDB)	3374-1378	amauricardoso@cml.pr.gov.br
Daniele Ziober (sem partido)	3374-1372	danieleziober@cml.pr.gov.br
Eduardo Tominaga (DEM)	3374-1381	eduardotominaga@cml.pr.gov.br
Estevão da Zona Sul (sem partido)	3374-1371	estevaodazonasul@cml.pr.gov.br
Felipe Prochet (PSD)	3374-1384	felipeprochet@cml.pr.gov.br
Filipe Barros (PSL)	3374-1374	filipebarros@cml.pr.gov.br
Guilherme Belinati (PP)	3374-1390	guilhermabelinati@cml.pr.gov.br
Jairo Tamura (PR)	3374-1370	jairotamura@cml.pr.gov.br
Jamil Janene (PP)	3374-1375	jamiljanene@cml.pr.gov.br
João Martins (PSL)	3374-1373	joaomartins@cml.pr.gov.br
José Roque Neto (PR)	3374-1385	joserouqueneto@cml.pr.gov.br
Junior Santos Rosa (PSD)	3374-1383	juniorsantosrosa@cml.pr.gov.br
P. Gerson Araújo (PSDB)	3374-1388	pastorgersonaraujo@cml.pr.gov.br
Péricles Deliberador (PSC)	3374-1389	periclesdeliberador@cml.pr.gov.br
Roberto Fú (PDT)	3374-1376	robertofu@cml.pr.gov.br
Tio Douglas (PTB)	3374-1380	tiodouglas@cml.pr.gov.br
Valdir dos Metalúrgicos	33-741382	valdirdosmetalurgicos@cml.pr.gov.br

(Solidariedade)		.br
Vilson Bittencourt (PSB)	3374-1379	vilsonbittencourt@cml.pr.gov.br

EXPEDIENTE

O Informativo **LEGISLATIVO EM PAUTA** é uma publicação eletrônica da CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

MESA EXECUTIVA 2018

Ailton Nantes (presidente em exercício), **Filipe Barros** (1º secretário); **Eduardo Tominaga** (2º secretário) e **João Martins** (3º secretário)

Coordenação Ana Paula Rodrigues Pinto MTB 2277PR **Redação** Silvana Leão MTB 2502PR
Fotografia DP Torrecillas Fotojornalismo **Fones** (43) 3374-1326 e 3374-1327